Direito Tributário

XX CONCURSO – 15.05.94

1ª Questão:

O que é lançamento fiscal e quais as suas modalidades no sistema tributário nacional?

Resposta fundamentada.

2ª Questão:

Em razão de dívida fiscal de uma sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujas atividades cessaram de forma irregular, pode o sócio – cujo nome não constava da respectiva certidão; de dívida – ser alcançado como substituto tributário, na execução promovida contra a referida sociedade?

Responda o candidato fundamentadamente, indicando os dispositivos legais aplicáveis à espécie.

XXI CONCURSO – 21.08.94

1ª Questão:

A renúncia de herdeiro ao quinhão hereditário, antes ou depois da aceitação da herança, importa em fato gerador de algum tributo?

Em que casos? Qual o tributo? Qual a alíquota? Quem é o contribuinte? Responda objetivamente.

2ª Questão:

O Estado do Rio de Janeiro ajuizou execução fiscal lastreado em certidão da dívida ativa. O Juiz determinou a citação do devedor, que foi realizada, penhora feita e decorrido o prazo para interposição de embargo. O Estado do Rio, então, pediu a remessa dos autos ao Contador para atualização do débito, mas o Cartório acabou não remetendo os autos a esta serventia, de modo que o feito ficou paralisado por seis anos. Exsurge, então, o devedor, e argui a prescrição intercorrente do crédito. Pergunta-se: procede a arguição?

Resposta justificada objetivamente.

XXII CONCURSO – 06.11.94

1ª Questão:

Determinada empresa de eletroeletrônicos importou componentes isentos de ICMS. Creditou-se do valor do respectivo tributo por ocasião da saída desses componentes do seu estabelecimento comercial, mas se viu autuada pelo Fisco Estadual sob o pretexto de que não poderia fazê-lo.

Ajuizou, então, ação anulatória arguindo que a isenção lhe conferia o direito ao creditamento, pois, do contrário, estar-se-ia diante de mero diferimento.

Pergunta-se: sucintamente, quem tem razão?

2ª Questão:

No acervo de bens de determinado inventário, arrolou-se uma edificação erigida há alguns anos sobre terreno alheio, sem autorização do respectivo proprietário, e que foi objeto de avaliação. Os herdeiros postularam, em concomitância com a Inventariante, por ocasião dos cálculos, seja declarada a não incidência do imposto de transmissão, argumentando que se

trata de um direito aleatório, eis que pode ser perdido a qualquer tempo, caso o proprietário venha a intentar ação reintegratória de posse ou reivindicatória. A Fazenda Pública objetou a pretensão sustentando a incidência tributária. Sucintamente, como decidiria o candidato a questão?

XXIII CONCURSO – 30.04.95

1ª Questão:

Proposta ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária contra o fisco, com depósito integral do tributo que a Administração Tributária entende devido, está ela inibida de promover o lançamento?

Resposta objetiva e fundamentada.

2ª Questão:

Constitui infração tributária, passível de multa, o fato de um adquirente de imóvel deixar de levá-lo, em prazo estabelecido no Código Tributário do Município, sua inscrição de transferência no Cadastro Fiscal da Municipalidade? Resposta objetiva e fundamentada.

XXIV CONCURSO – 17.12.95

1ª Questão:

De acordo com a Constituição Federal cabe a lei complementar dispor sobre definição de tributos, obrigação, lançamento, etc. Entretanto, o ICMS foi instituído por “Convênio”, o qual não se confunde com “lei complementar”. Indaga-se: É constitucional o referido convênio? Nesse caso, aplicam-se integral ou subsidiariamente, os dispositivos do Decreto-Lei nº 406/68? Resposta objetivamente justificada.

2ª Questão:

É válida a lei municipal que fixa prazo para o pagamento, sob pena de multa, do imposto “inter vivos” incidente sobre a promessa de compra e venda de imóvel, com cláusula de irrevogabilidade e irretratabilidade? Resposta com objetiva fundamentação.

XXV CONCURSO – 09.06.96

1ª Questão:

A Cooperativa dos Produtores Rurais do Município de Pati, entidade sem fins lucrativos, que não remunera seus diretores, nem distribui lucros entre seus cooperativados, teve uma sobra de caixa no fim do ano de 1994. Decidiu-se, então, aplicá-la em CDBs. No resgate da aplicação, do rendimento bruto, foram deduzidos o IOF e IR retidos na fonte. Pergunta-se: considerando incontroversos os fatos acima, pode a Cooperativa insurgir-se contra a cobrança? Objetivamente, justificar a resposta.

2ª Questão:

A impenhorabilidade dos bens vinculados à cédula industrial (art. 57, do DL nº 413, de 9.1.69) sobrepõe ao crédito tributário regularmente constituído?

Resposta com objetiva fundamentação e indicação dos dispositivos legais aplicáveis à espécie.

XXVI CONCURSO – 22.09.96

1ª Questão:

À luz da legislação pertinente e da doutrina, quais as características diferenciadas entre a **isenção** e a **imunidade** tributárias?

2ª Questão:

Por dívidas da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, irregularmente dissolvida, são os sócios passíveis de serem alçados ¹ como sujeitos passivos da obrigação tributária, em aparelhada execução fiscal contra a devedora?

Positiva ou negativa que seja a resposta, objetivando justificada, quais as disposições legais aplicáveis à espécie?

XXVII CONCURSO – 23.02.97

1ª Questão:

Indique cinco (5) privilégios da Fazenda Pública na execução dos seus créditos.

2ª Questão:

Considere a seguinte lei:

“Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a cancelar todas as certidões de dívida com valor inferior a R\$ 100,00 e a não prosseguir nas execuções fiscais já ajuizadas, cujo principal e acrescidos não forem superiores ao mencionado valor.

Art. 2º Todos os contribuintes em débito com a Fazenda Pública, relativo ao imposto “n”, até o presente exercício ficarão dispensados de pagar multa e juros moratórios, se solverem o principal, monetariamente atualizado, até o dia dd/mm/aa”.

Identifique os institutos a que se referem os dispositivos acima, sucintamente explanando a distinção entre eles.

XXVIII CONCURSO – 24.08.97

1ª Questão:

Na denominada “substituição para frente” do ICMS, pode o substituído recuperar o valor do tributo pago a maior em razão da superestimação da base de cálculo? E o fisco, pode cobrar o tributo pago a menor em função da subestimação da base de cálculo? Resposta fundamentada com indicação dos dispositivos legais pertinentes.

2ª Questão:

Citada por edital determinada empresa devedora do Fisco Estadual, teve ela a sua execução suspensa, na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/80, dois anos decorridos da citação editalícia, por não terem sido encontrados bens penhoráveis. Um ano depois (ou seja, 3 anos após a citação) o Juiz determinou o arquivamento provisório dos autos do processo. Passados seis anos da citação da empresa, o procurador do Estado requereu ao Juiz o desarquivamento do processo de citação do sócio-gerente para integrar o polo passivo da relação processual. Este acorreu aos autos sustentando a prescrição da cobrança. Decida, fundamentadamente.

XXIX CONCURSO – 15.02.98

1ª Questão:

Em fins do ano passado, o Governo Federal baixou um pacote fiscal com diversas medidas para aumento da arrecadação, entre elas a elevação de US\$ 25 para US\$ 90 da taxa de embarque paga nos aeroportos pelos passageiros com destino ao exterior. Felizmente o

bom senso prevaleceu e o aumento foi bem menor, só tendo ocorrido neste ano de 1998. Pergunta-se: se o Governo, por Portaria ou Decreto, realmente tivesse tomado a medida, no ano passado, haveria alguma ilegalidade, estritamente sob o aspecto do direito tributário? Resposta objetiva e sem rodeios.

2ª Questão:

Conceitue isenção heterônoma se ela é permitida pela legislação tributária.

XXX CONCURSO – 02.08.98

1ª Questão:

Pode o Juiz, em executivo fiscal promovido pela Fazenda Pública, após a interposição dos Embargos do Devedor, homologar a desistência da execução sem a concorrência do Executado? Resposta justificada.

2ª Questão:

A decisão que julga extinta a execução fiscal proposta pela Fazenda Pública está sujeita ao reexame necessário? Resposta justificada.

XXXI CONCURSO – 30.05.99

1ª Questão:

Existem isenções não revogáveis? Dê exemplo.

2ª Questão:

Qual a natureza jurídica do Auto de Infração (Tributária)?

XXXII CONCURSO – 28.11.99

1ª Questão:

As entidades religiosas estão sujeitas ao pagamento de algum tributo?

2ª Questão:

Qual é a função da inscrição do crédito na dívida ativa?

XXXIII CONCURSO – 06.08.00

1ª Questão:

A empresa ABC de Exportação Ltda, localizada no Estado de Minas Gerais, pleiteia o não pagamento de ICMS incidente sobre o serviço de transporte de mercadoria a ser exportada, até o porto do Rio de Janeiro, local onde será embarcada com destino ao exterior. Fale sobre a pretensão da empresa.

2ª Questão:

A instituição de assistência social XYZ utiliza área de sua propriedade como estacionamento de veículos, cobrando dos usuários certo preço pelo serviço prestado. A receita arrecadada destina-se à manutenção de sua atividade predominante: administração de orfanato. A instituição pleiteia o direito à imunidade relativa ao IPTU incidente sobre o imóvel objeto do serviço. Comente sobre a exigência do município, em função da imunidade reclamada pela instituição.

XXXIV CONCURSO – 27.05.01

1ª Questão

Quais os elementos essenciais da instituição do imposto pela norma jurídica tributária?

2ª Questão

Distinguir os institutos tributários da:

- a) isenção;
- b) remissão;
- c) anistia.

XXXV CONCURSO – 17.02.02

1ª Questão

Adjudicação de bens penhorados em garantia de execução fiscal: hipóteses, finalidade.

2ª Questão

O Município, por meio de lei, faz incidir o IPTU apenas sobre os proprietários dos imóveis comerciais e industriais urbanos, deixando de lado os proprietários de imóveis residenciais urbanos. É possível? Justifique.

XXXVI CONCURSO – 01.09.02

1ª Questão

Pode lei ordinária estadual criar ou extinguir isenções de ICMS?

2ª Questão

A prescrição do crédito tributário é interrompida com o despacho que ordena a citação na execução fiscal, como estabelecido pelo § 2º do art. 8º da Lei nº 6830/80, ou pela citação válida do executado, como prescrito pelo art. 174, I, do Código Tributário Nacional?

XXXVII Concurso – 27.04.03

1ª Questão

Na relação jurídico-tributária entre o contribuinte e a Fazenda Pública a omissão no recolhimento de ICMS declarado nas guias e relativo à dívida por operações próprias, configura o crime previsto no art. 2º, inciso II, da Lei 8137/90?

2ª Questão

- a) Na execução fiscal admite-se o litisconsórcio necessário passivo? Justificar.
- A cláusula solve et repete aplica-se à tarifa de esgoto?